

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA
CORPORATIVA COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE
PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ**

EXERCÍCIO – 2020

SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE, MARÇO/2021

1

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e com o art. 13, incisos I e VIII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2020.

Identificação Geral

CNPJ	13.006.170/0001-25 – Matriz 13.006.170/0002-06 – Filial
SEDE	São Gonçalo do Amarante/CE
TIPO DE ESTATAL	Subsidiária do Complexo Industrial e Portuário do Pecém
TIPO SOCIETÁRIO	Sociedade Anônima
TIPO DE CAPITAL	Fechado
ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO	Internacional
Missão, Visão e Valores	<p>Missão: Administrar e desenvolver o complexo industrial e portuário do Pecém, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado do Ceará e geração de valor para os acionistas.</p> <p>Visão: Tornar-se, até 2050, o maior complexo industrial e portuário do Brasil.</p> <p>Valores:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Ética;b) Transparência;c) Valorização das pessoas;d) Garra;e) Eficiência;f) Sustentabilidade.
SETOR DE ATUAÇÃO	Exportações, Infraestrutura, Comércio Exterior, Serviços e Investimentos

**RESPONSÁVEL PELA RELAÇÃO
COM INVESTIDORES**

Diretoria Executiva

**AUDITORES INDEPENDENTES
ATUAIS DA EMPRESA**

Controller Auditoria e Assessoria Contábil

**CONSELHEIROS DE
ADMINISTRAÇÃO**

JOSÉ SÉRGIO FONTENELE DE AZEVEDO
FELIPE BARROS LEAL ROCHA
CRISTIANO MARCELO PERES
LUÍS EDUARDO FONTENELLE BARROS
TEIJE GEORGE SMITENAR
RENÉ ADRIAAN BERNARD VAN DER PLAS

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente: Danilo Gurgel Serpa, Administrador e Empresas formado pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), consta em seu currículo as seguintes experiências: secretário de Relações Institucionais do Estado do Ceará, secretário chefe do Gabinete do Governador, chefe da Representação do Governo do Ceará em Brasília.

Diretoria de Governança: Roberto Benevides de Castro, graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, com MBA em Gestão Portuária e Negócios Internacionais pelo Instituto Brasileiro de Educação Continuada – INBEC (em andamento). Foi Diretor Administrativo, Comercial e Financeiro na CP Construções Ltda; Vice-prefeito de Mombaça de 2001 a 2004; Assessor de Relações Institucionais da Cetip S/A Mercados Organizados e Assessor de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Seguradoras – CNSeg, juntos aos Detrans CE/PI/MA/PA

Diretoria de Operações: Andréa Freitas e Silva Maia, Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, MBA em Gestão Portuária e Negócios Internacionais, pelo Instituto Brasileiro de Educação Continuada – INBEC, LL.M. em Direito Corporativo, pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBEMEC, Pós Graduação em Programa Executivo de Formação em Gestão Pública, pela Escola de Gestão Pública – EGP, Conselheira da Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE, Foi Presidente do Conselho Fiscal do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S/A. Ampla experiência profissional na área de Controladoria com atuação nos grupos Vale (CSP), J.Macêdo (Moinho Dona Benta), Araripe (Têxtil União), Jaime Pinheiro (COTECE S.A/COTEFOR S.A) e Jereissati (TV e Rádios). Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas – Universidade Estadual do Ceará – UECE.

AUDITORIA INTERNA

Adolfo Ciríaco Cunha

Porte da Organização	Número total de operações, Venda ou Receita líquida, Capitalização total discriminada em termos de dívida e patrimônio líquido, Quantidade de produtos ou serviços prestados;
Participações Estratégicas	-Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação- ABRAZPE; -Asociación de Zonas Francas de las Américas- AZFA
Número Total de Empregados	183
Total de Operações (2020)	128.886
Resultado Líquido do Exercício (Período Jan a Dez)	2018- R\$ 2.875.212,00 2019- R\$ 9.569.679,30 2020- R\$ 14.536.371,53
Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	A Companhia vem desenvolvendo todos os instrumentos legais e estratégicos para que em 2020 esteja preparada para todos os possíveis cenários: -Programa de Integridade; -Política de Divulgação de Informações; -Política de Distribuição de Dividendos; -Política de Transações com Partes Relacionadas; -Relatório Integrado e de Sustentabilidade; -Plano Estratégico de Longo Prazo; -Plano de Negócios; -Plano de Monitoramento de Longo Prazo; -Relatório Anual de Administração; -Ações de transparência ativa e passiva.
Cadeia de Fornecedores (2019)	A cadeia de fornecedores da ZPE CEARÁ focalizou-se em custeio em 2019. Fornecedores de equipamentos de segurança do trabalho, materiais de escritório, tecnologia, transporte e consultorias foram os de maior relevância.

I – GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/2016, em seu art. 8º, incisos I, III e VIII, exige explicitação dos compromissos de consecução dos objetivos de políticas públicas por empresas públicas e sociedades de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com a definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas às atividades desenvolvidas, estruturas de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações são detalhadas no presente documento.

1. Composição Acionária.

Acionistas	Ações (Quantidade)	Percentual (%)	Valor Integralizado (R\$)
Complexo Industrial e Portuário do Pecém S.A (CIPP S.A)	R\$ 10.000.008,00	100,00%	R\$ 10.000.008,00
TOTAL	R\$ 10.000.008,00	100,00%	R\$ 10.000.008,00

2. Interesse público subjacente às atividades empresariais:

As Zonas de Processamento de Exportação foram criadas para incentivar a produção industrial e, principalmente, dar mais dinâmica nos processos de exportação nacional, com influência relevante na economia estadual e municipal. Estes impactos refletem não somente nas finanças regionais, mas a própria cultura local é alterada positivamente com o intercâmbio de trabalhadores das mais diversas partes do mundo, que trocam experiências e dinamizam o mercado de trabalho.

Isto, por si só, já é razão suficiente para motivar a existência de tão importante área estratégica de negócios, mas a continuidade da sua existência e expansão da Companhia Administradora da ZPE solidificam-se nos resultados apresentados, que evoluem a cada ano, demonstrando astúcia e

empreendedorismo na área de negócios, além de integridade e maturidade na sua governança. Respeita assim, nos termos da Lei 13.303/16, também as razões que motivaram a autorização legislativa de sua criação e os objetivos que as diretrizes de suas políticas públicas apontam. Consonante, também, com as legislações estaduais que a regem, desde a Lei Nº 14.794, de 22 de setembro de 2010, quando se fundou a então Empresa Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Pecém S.A. – EMAZP vinculado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE, também pela Lei Federal 11.508/2007 que tem a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País

3. Atividades desenvolvidas em atendimento a Políticas Públicas:

A Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE CEARÁ, criada pela Lei nº 14.794, de 22 de setembro de 2010, é uma Sociedade de Economia Mista sob o controle acionário do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e regida pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, pelo Estatuto Social e pela legislação especial que lhe for aplicável. A ZPE CEARÁ é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SEDET. Empresa não é dependente do Estado, contando com recursos próprios. A ZPE CEARÁ tem como finalidade atrair investimentos voltados para as exportações, colocando as empresas nacionais em igualdade de condições com seus concorrentes localizados em outros países, que dispõem de mecanismos semelhantes, além de aumentar o valor agregado das exportações cearenses.

A Companhia tem como principal objetivo desenvolver e administrar a Zona de Processamento de Exportação do Estado do Ceará, com fins de consolidar os empreendimentos já existentes com vocação exportadora, fomentando o crescimento socioeconômico do Estado do Ceará. Com foco no desenvolvimento do setor de exportação, encontram-se em andamento as obras de construção da Expansão, como também a prospecção de novos clientes.

Conforme disposto na Lei Nº 14.794, compete à ZPE CEARÁ:

I – Promover os atos de gestão necessários à implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação do Ceará, criada pelo Decreto Federal de 16 de junho de 2010;

II - Administrar e arrendar as áreas e/ou imóveis existentes ou a edificar na Zona de Processamento de Exportação do Ceará;

III - Realizar estudos e projetos, bem como promover os atos de gestão necessários à implantação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação do Ceará, zelando pela manutenção, conservação e preservação do meio ambiente;

IV - Cumprir as atribuições e responsabilidades típicas das Companhias Administradoras de Zona de Processamento de Exportação estabelecidas na legislação de negócios, especialmente as Resoluções editadas pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação;

V - Prover as instalações, a estrutura e os equipamentos necessários à realização das atividades de fiscalização, vigilância e controles aduaneiros, de interesse da segurança nacional, fitossanitários e ambientais e demais determinações dos órgãos competentes, especialmente da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

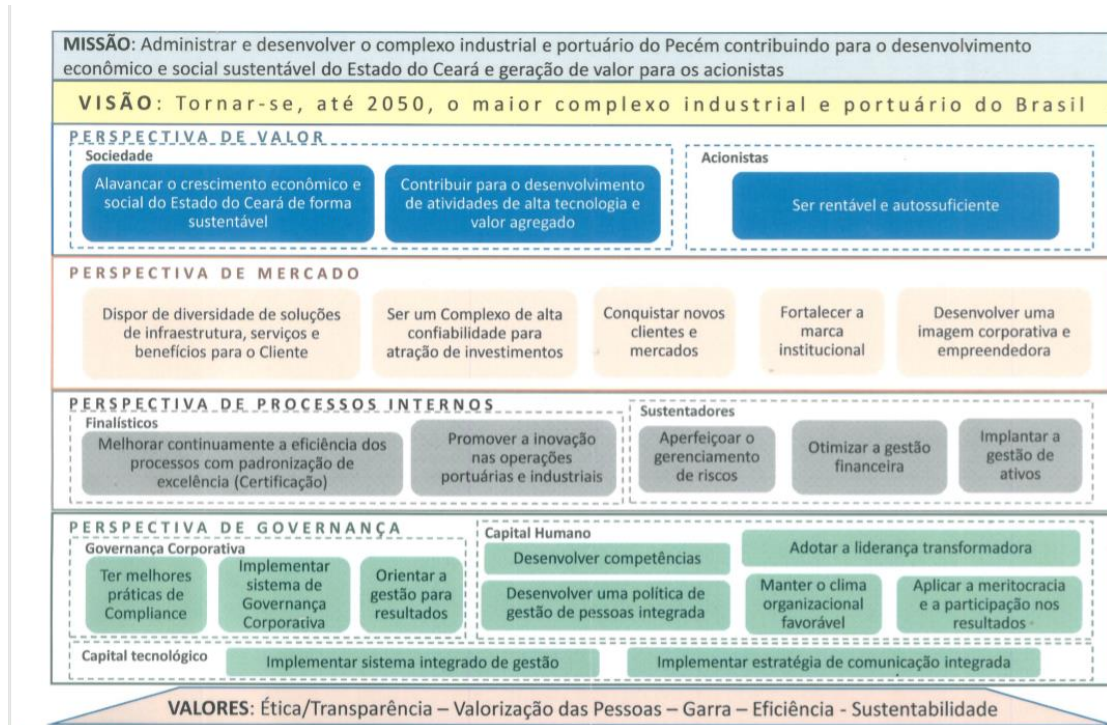
VI - Supervisionar as atividades das empresas instaladas na Zona de Processamento de Exportação do Ceará, de forma a garantir o cumprimento das normas legais atinentes, em especial quanto às medidas de conservação de energia e de preservação do meio ambiente;

VII - Prestar, às empresas instaladas na Zona de Processamento de Exportação do Ceará, detentoras de projeto industrial aprovado pelo Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação - CZPE Ceará, serviços com os padrões internacionais de qualidade e competitividade;

VIII - Desenvolver os estudos, projetos, pesquisas e eventos necessários à promoção e coordenação das atividades inerentes a Zona de Processamento de Exportação do Ceará, tanto no país como no exterior; e

IX - Associar-se às entidades de classe de companhias congêneres, em nível nacional e internacional, e afiliar-se às entidades de notória especialização em padronização, normas técnicas, qualidade e produtividade.

4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas.



5. Recursos para custeio das Políticas Públicas:

A operação é custeada integralmente pela geração de caixa operacional da empresa. Não existem dotações orçamentárias públicas ou financiamentos privados para a execução das políticas públicas.

6. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas:

Para ter a melhor dimensão sobre os impactos, foi realizada análise do cenário macroeconômico cearense, no tocante ao PIB da Região, em que o CIPP (tendo em vista que os resultados perseguidos são levados em conta a partir das ações integradas) está inserido, os Municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, do Estado do Ceará. Também foi analisado o componente Valor Adicionado a Preços Básicos – Indústria. Ambos visam medir a participação da região do CIPP na geração de riqueza dentro do Estado, sendo que o primeiro se refere ao total

da atividade econômica e o segundo ao processo de geração de valor através da indústria de transformação. Para a definição das metas destes indicadores, as análises seguem:

Análise do PIB:

O PIB dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, região em que o CIPP está inserido, e do Estado do Ceará foram analisados utilizando-se dos dados do IPECE, 2010 a 2015. Inicialmente, foi verificada a participação conjunta do PIB da região (Caucaia + São Gonçalo do Amarante) no PIB do Ceará. No segundo passo, a evolução desta medida foi verificada ao longo do período informado. Por último, a média de crescimento/evolução para estes resultados foi calculada. A média de crescimento da soma dos PIBs dos Municípios de Caucaia e São Gonçalo na participação do PIB do Ceará foi de 0,30% no período analisado. Desta forma, para a definição das metas, foi adicionado o percentual de 10% a este valor, com o intuito de promover uma meta mais desafiadora, como também no sentido de corrigir a evolução para o período não analisado. Assim, foi adicionado o valor de 0,33% a cada um dos anos projetados, tomando-se como base o valor calculado para o ano de 2015. No período de 2016 a 2018 a média de crescimento da soma dos PIBs dos Municípios de São Gonçalo e Caucaia na participação do PIB do Ceará foi de 0,95%, superando significativamente a meta de 0,33% para o período. Em 2016 houve queda de 3,04%, em 2017 houve crescimento de 7,26%, e em 2018 queda de 1,37% na participação conjunta de ambos os municípios no PIB. É importante que as metas deste indicador sejam revisitadas, sempre que novos dados sejam divulgados.

a) Análise do Valor adicionado a Preços Básicos – Indústria:

O Valor Adicionado a Preços Básicos – Indústria – é uma métrica que analisa o nível de geração de valor do setor industrial no PIB de uma região. Para o seu cálculo, são considerados os preços de venda dos insumos/produtos finais de cada etapa de transformação ao longo do processo produtivo industrial, de forma que são observadas as variações destes mesmos preços de uma etapa produtiva para a seguinte, evitando, assim, duplicidade de valores no cálculo do PIB. Desta forma, quanto maior a agregação de valor, maior o valor adicionado.

A importância desta mensuração se dá na análise do nível do valor agregado da indústria presente na região do Complexo, verificando-se o nível de preços geral dos insumos que chegam à região em comparação ao nível geral de preços dos produtos finais produzidos e vendidos. Verificou-se que os municípios em que o CIPP está inserido já apresentam um nível de industrialização consideravelmente superior ao alcançado pelo Estado do Ceará como um todo, até pela natureza de operação das Companhias CIPP e ZPE. Tendo em vista que o incremento da capacidade industrial da região passa por alguns projetos estratégicos do CIPP, dentre eles a implantação da ZPE 2, e que a região teve seus números fortemente impactados pelo início da operação da CSP – Companhia Siderúrgica do Pecém – elevando bastante sua base de análise, foi considerado o incremento de 5% ao ano para cada um dos municípios (tendo em vista o baixo nível de industrialização do Estado e o momento atual do cenário macroeconômico brasileiro e cearense). É importante salientar que as metas do Planejamento Estratégico serão revisadas uma vez que novos dados sejam divulgados, apresentando estudo de cenários.

Detalhamento dos Resultados Financeiros

DESPESA DE CONSOLIDADA CUSTEIO X INVESTIMENTO;

	DESPESAS	INVESTIMENTO
2019	<u>26.869.056,04</u>	<u>830.282,17</u>
2020	<u>26.038.784,70</u>	<u>8.117.988,53</u>

(1) Custos, Despesas Operacionais e Despesas Tributárias

COMPARATIVO DAS DESPESAS DE 2019 E 2020 (PESSOAL – COMMISSIONADOS E TERCEIRIZADOS-, COMBUSTÍVEL E TRANSPORTES;

	COMMISSIONADOS	TERCEIRIZADOS	COMBUSTÍVEL	TRANSPORTES
2019	<u>4.547.966,65</u>	<u>16.753.433,52</u>	<u>437.802,39</u>	<u>1.704.520,80</u>
2020	<u>4.476.367,39</u>	<u>17.164.763,29</u>	<u>491.210,40</u>	<u>1.736.760,63</u>

RECEITA DAS OPERAÇÕES E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DA EMPRESA;

	RECEITAS OPERACIONAIS
2019	<u>48.937.986,30</u>
2020	<u>52.166.203,64</u>

Em 2020, foi pago a título de dividendos ao acionista majoritário (CIPP) o valor de R\$ 9.091.195,33 (Nove milhões noventa e um mil cento e noventa e cinco reais e trinta e três centavos). Também em 2020 a ZPE investiu R\$ 7.150.764,60 (Sete milhões cento e cinquenta mil setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos) em obras de infraestrutura e ampliação da Área II no município de Caucaia.

Comentário sobre o Desempenho operacional

A fase operacional da ZPE CEARÁ se solidificou no ano de 2017. Todos os esforços foram concentrados nos ajustes da área operacional a fim de atender às exigências das empresas instaladas na Companhia, principalmente no quesito da operação continuar a atuar vinte e quatro horas, sete dias da semana e continuar atendendo também às exigências da Receita Federal do Brasil (RFB), solidificando o trabalho consolidado em 2016.

O ano de 2016 representou uma etapa de implantação na Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE CEARÁ, com o reconhecido desempenho operacional de controle de fluxo de mercadorias das empresas instaladas na estatal, que se deu devido à adesão de um sistema de monitoramento mais avançado (SICA), haja vista que a CSP deu entrada com a sua matéria-prima e exportou suas primeiras placas de aço, onde de fato se deu o pleno funcionamento.

Eis alguns indicadores de desempenho comparando os anos 2016 e 2017:

Operações nos Gates	2016	2017	Crescimento
Veículos basculantes cadastrados transportes de carvão e minério	1.200	1.200	0%
Veículos rodotrem cadastrados com pranchas rebaixadas de 3 e 4 eixos	60	60	0%
Gate 01 - operações na aduana	129.904	140.732	8%
Gate 02 - operações (com placas)	16.524	47.009	184%
Gate de placas - zero operação (em obras)	-	-	-
Registros de acessos de pessoas	1.101.123	3.862.281	251%

Movimentação Anual (Ton.) - Saídas	2016	2017	Crescimento
Placa	717.067	2.530.178	253%
Escória	407.681	904.853	122%
Demais Saída	71.089	159.030	124%
	1.195.837	3.594.061	201%

Movimentação Anual (Ton.) - Entradas	2016	2017	Crescimento
Minério	2.288.513	4.262.588	86%

Carvão	1.469.322	2.006.670	37%
Demais Entradas	690.950	1.281.062	85%
	4.448.785	7.550.320	70%

Movimentação Anual (Ton.)	2016	2017	Crescimento
Saída	1.195.837	3.594.061	201%
Entrada	4.448.785	7.550.320	70%
Acumulado	5.646.638	11.146.398	97%

Ao longo desses cinco anos de funcionamento da ZPE CEARÁ, já passaram mais de 50 milhões de toneladas de carga, movimentadas por meio de mais de 662.538 operações na Área de Despacho Aduaneiro (ADA) e 200.219 operações no Gate 02.

Operações nos Gates	2016	2017	2018	2019	2020	ACUMULADO
Veículos basculantes cadastrados transporte de carvão e minério	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	-
Veículos rodotrem cadastrados com pranchas rebaixadas de 3 e 4 eixos	60	60	60	60	60	-

Gate 01 - operações na aduana (operações rodoviárias e agendamento de carga)	129.904	140.732	183.270	123.626	85.006	662.538
Gate 02 - operações (com placas)	16.524	47.009	46.854	45.952	43.880	200.219
Gate de placas - zero operação (em obras)	-	-	-	-	-	-
Registros de acessos de pessoas	1.101.123	3.862.281	3.761.271	3.481.217	2.556.735	14.762.627

Movimentação Anual (Ton.) - Saídas	2016	2017	2018	2019	2020	ACUMULADO
Placa	717.067	2.530.178	2.917.538	2.777.748	2.705.651	11.648.182
Escória	407.681	904.853	1.135.200	1.046.170	1.116.108	4.610.012
Demais Saída	71.089	159.030	103.145	151.445	158.890	643.599
	1.195.837	3.594.061	4.155.883	3.975.363	3.980.650	16.901.794

Movimentação Anual (Ton.) - Entradas	2016	2017	2018	2019	2020	ACUMULADO
Minério	2.288.513	4.262.588	4.798.441	4.713.780	4.223.327	20.286.649
Carvão	1.469.322	2.006.670	2.223.391	2.275.966	1.979.325	9.954.674
Demais Entradas	690.950	1.281.062	1.368.008	1.273.547	1.119.740	5.733.307
	4.448.785	7.550.320	8.389.839	8.263.293	7.322.392	35.974.629

Movimentação Anual (Ton.)	2016	2017	2018	2019	2020	ACUMULADO
----------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------

Saída	1.195.837	3.594.061	4.155.883	3.975.363	3.980.650	16.901.794
Entrada	4.448.785	7.550.320	8.389.839	8.263.293	7.322.392	35.974.629
Acumulado	5.646.638	11.146.398	12.545.722	12.238.656	11.303.041	52.880.455

Com mais de 6 mil hectares de área disponível, a ZPE CEARÁ propicia benefícios fiscais e liberdade cambial, com pelo menos 80% da produção destinada para exportações. A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), White Martins e Phoenix estão instaladas dentro da Zona de Processamento de Exportação do Ceará.

Tais dados resultaram em reconhecimento internacional, sendo a Companhia apontada como uma das melhores zonas de livre-comércio do mundo, através do concurso realizado pela revista fDi Magazine (vinculada ao Financial Times), com a certificação “fDi’s Free Zones of The Year” por três anos consecutivos (2016, 2017 e 2018) em diversas áreas (Prêmio de Zona Franca especialista em aço; e os prêmios destaque de Melhor Zona Franca em Tecnologia Implantada; Melhor Zona Franca em Crescimento de Exportações e Melhor Zona Franca em Práticas de Sustentabilidade). No ano de 2020 foi novamente premiada em Implantação de Tecnologia, Conjunto de Talentos, Impulsionadores de Exportação e Desenvolvimento de Habilidades.



Diante de todo o exposto, entende-se que, à medida que a ZPE CEARÁ alcançou resultados que corroboram com as diretrizes acima referidas, conforme apresentado ao longo deste relatório, a Companhia implementará novas propostas, definindo ações direcionadas ao seu desenvolvimento e crescimento, contribuindo cada vez mais para o alcance de sua missão.

O desenvolvimento da ZPE CEARÁ depende da continuidade de investimentos em infraestrutura por parte das esferas governamentais para atender o

crescimento da demanda. Para suportar o crescimento do nascente polo siderúrgico, bem como das indústrias já instaladas ou em processo de instalação no Ceará, é de fundamental importância o investimento em infraestrutura logística, recursos hídricos, mobilidade urbana e telecomunicações.

7. Estruturas de Controles internos e Gerenciamento de riscos

A Companhia possui Política de Gestão de Riscos baseado no framework COSO – Gerenciamento de riscos corporativos – Estrutura Integrada – Sumário Executivo, na ABNT NBR ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos – Princípios e diretrizes; na ABNT ISO Guia 73:2009 – Gestão de riscos – Vocabulário; na ISO/IEC 31010:2012 – Técnicas para o processo de avaliação de riscos; e na NBR ISO 9001:2015 – Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos. Aprovado na 88ª DIREX - REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA realizada aos 28 dias do mês de maio de 2018.

A política busca a construção de instrumentais para o combate de riscos corporativos, tão logo seus principais focos são:

- 1) Combate a corrupção e a fraudes;
- 2) Minimização de erros de operação administrativa;
- 3) Maturidade processual.

Os instrumentos previstos são:

- 1) Mapas e Matrizes de Riscos;
- 2) Processo de Gestão de Riscos aprovado pela CIPP;
- 3) Tratamento, comunicação e monitoramento.

Em relação ao último exercício social, não houve alteração significativa nos principais riscos a que a empresa estatal está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Os controles adotados estão em pleno aprimoramento. A imediata subordinação a CIPP obriga a companhia readequar seus controles à nova realidade, mesmo os riscos serem razoavelmente similares aos de 2018. Porém nada afetou a

higidez dos dados e suas demonstrações financeiras são confiáveis, atestadas por auditoria externa. Isto é comprovado da seguinte forma:

- a) todas as ações administrativas têm como norteadoras normas de controle interno específicas e testadas pela auditoria interna;
- b) as Diretorias de Governança e Operacional agem de maneira harmônica, reunindo-se com o Presidente semanalmente (Direx);
- c) a alta administração supervisiona a eficiência dos controles internos, existindo a área específica na empresa para o monitoramento;
- d) as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes nos relatórios dos auditores interno e externos são enfrentadas pelos setores específicos e monitorado pelas diretorias;

Comentário do **Diretor de Governança, Roberto Castro**, sobre as principais deficiências apontadas nos relatórios de auditoria:

‘O reconhecimento das fragilidades é elemento crucial para a sua mitigação e, em alguns casos, eliminação. Diante disto todos os colaboradores são frequentemente instados a dar prioridade as recomendações existentes, seja do controle interno ou externo. É sabido por todos que para se fazer uma boa gestão é necessário a realização de testes e, quando estes sinalizam fragilidades, as devidas providências devem ser tomadas.’

Atualmente a ZPE, em conjunto com a CIPP, está revisando toda a sua estrutura organizacional. Isto é uma forma de evoluir e resultará em melhor operação da Política de Riscos, efetiva ação de prevenção e ambiente de integridade corporativa.

A empresa submete-se além das verificações de suas instancias estatutárias (acionistas, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) a:

- a) Auditorias de controle interno da Auditoria Interna da ZPE CEARÁ;
- b) Auditorias de controle interno da Controladoria Geral do Estado do Ceará;

- c) Auditorias externas por auditores independentes;
- d) Auditoria de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- e) Auditoria do Controle Interno da CIPP sobre o Plano de Redução de Despesas da ZPE;
- f) Controle Social.

As avaliações dos controles internos e registros contábeis são realizadas de forma sistemática pela Auditoria Interna da empresa, de maneira organizada em Planos Anuais de Auditoria, que são baseados nas normas internacionais de instituições reconhecidas como Institute of Internal Auditors (IIA) e o International Organization of Supreme Audit Institutions (Intosai). As deficiências e fragilidades identificadas são apontadas em relatórios que por sua vez são encaminhados aos responsáveis para as devidas providências, bem como ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

No quesito transparência, a empresa disponibiliza no Portal da Transparência do Governo do Estado do Ceará, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação Pública, uma série de informações de interesse dos usuários e da sociedade, dentre elas: estrutura organizacional; competências; salários; detalhamento de despesas; serviço de informação ao cidadão e Carta de Serviço.

8. Políticas e práticas de Governança Corporativa

A ZPE cearense tem diversas práticas e documentos que buscam a boa governança corporativa, nas quais destacam-se as normas de administração de materiais, suprimento de fundos e aquisição de bens e serviços; Código de Ética e Conduta; Política de Segurança da Informação; processos consolidados de recebimento de bem patrimonial, roteiro de pagamento e recebimento de bens de consumo; Manual de POP, uso da identidade visual, uso de sistemas; modelos de acompanhamento financeiro de contrato; modelo de notificação contratual e relatório de gestor e fiscal de contrato.

Vale ressaltar que foi aprovada criação de Comissão Interna para implantação dos processos de Governança e Compliance, além de ter a missão da construção da política definitiva de integridade.

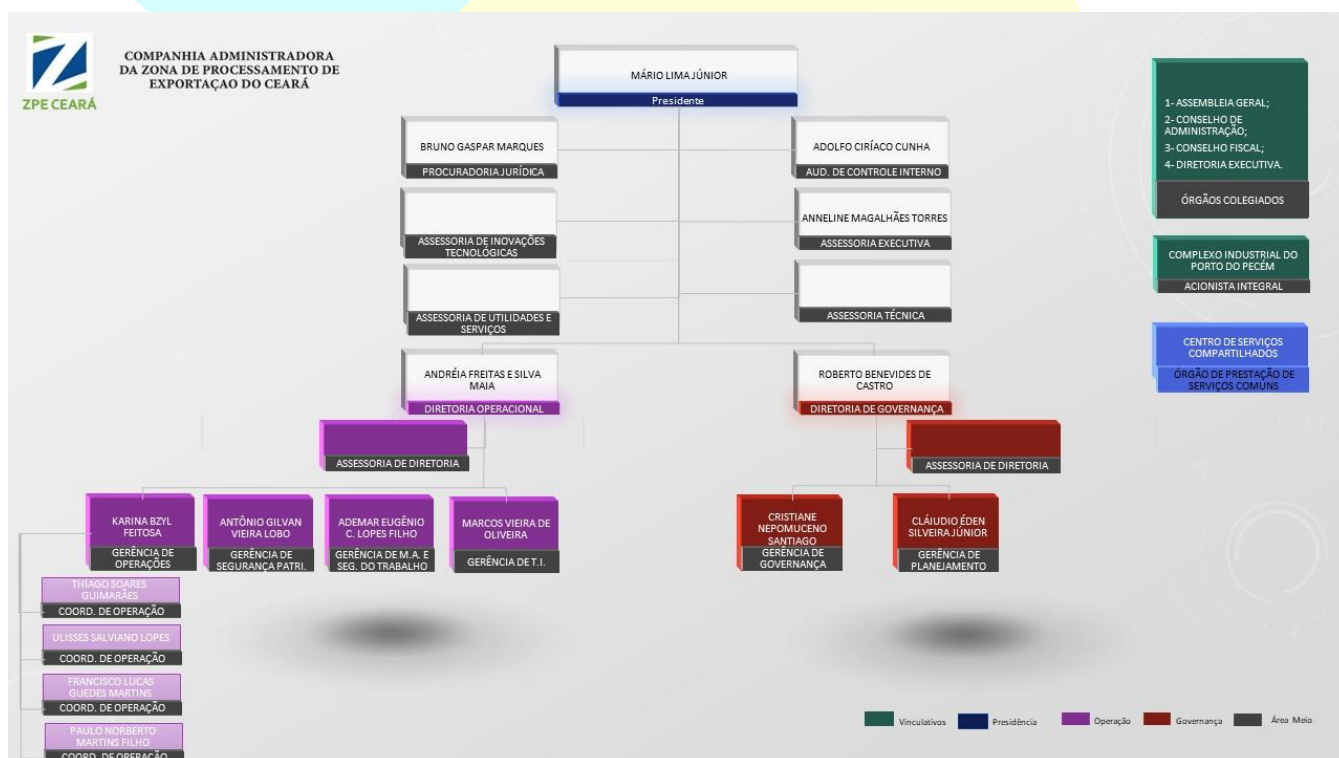
Os esforços são múltiplos e que apresentam resultados. A prova é que em 2018 a Companhia recebeu a certificação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que é um programa no Ministério do Meio Ambiente que objetiva a construção de práticas sustentáveis.

Descrição da composição e da remuneração da administração:

Em padronização e realização das metas e do planejamento estabelecido pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho e pela CIPP, a ZPE pratica política de remuneração aos seus Administradores, Diretores e Servidores registrada em atos legais e acessíveis através de seu sítio oficial em ação de transparência ativa bem como no Portal da Transparência do Governo do Estado do Ceará.

A política e o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da ZPE são revisados anualmente por comissão formada por membros comissionados da empresa, indicados pela diretoria. Sendo a área de Recursos Humanos responsável por operacionalizar a execução do programa.

Composição:



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Órgãos Colegiados de Deliberação e de Fiscalização
- Conselho de Administração
- Diretoria Executiva
- Conselho Fiscal
- Assembleia Geral
- Centro de Serviços Compartilhados

Direção Superior

- Presidente

Órgãos de Assessoramento Direto

- Procuradoria Jurídica
- Auditoria de Controle Interno
- Assessoria Executiva
- Assessoria Técnica
- Assessoria de Inovações Tecnológicas
- Assessoria de Utilidades e Serviços

Órgãos de Execução Programática

Diretoria de Governança

Gerência de Planejamento

Gerência de Governança

Órgãos de Execução Instrumental

Diretoria Operacional

Gerência de Tecnologia da Informação

Gerência de Segurança Patrimonial

Gerência de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho

Gerência de Operações

- Coordenadoria de Operações (4)

9. Remuneração da administração e dos membros colegiados:

A prática de remuneração de membros estatutários da ZPE tem como base normativa o Decreto Estadual nº 32.550, de 23 de março de 2018, e Lei Estadual nº 16.516, de 15 de março de 2018.

A remuneração mensal dos membros do conselho fiscal, presidência e diretoria está demonstrada no quadro a seguir:

Conselho Fiscal - 05 membros	
Gratificação	R\$ 3.500,00
Presidência - 01 membro	
Gratificação	R\$ 22.500,00
Diretoria - 02 membros	
Gratificação	R\$ 18.100,00